



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5116 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PEDAGOGAS: OS PERCALÇOS NA INSERÇÃO DA TEMÁTICA NOS PERCURSOS CURRICULARES
Carolina Castro Silva - UFF - Universidade Federal Fluminense
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos temos vivido no Brasil um sistêmico avanço de um cenário político desolador. Após o golpe civil-institucional vivido pela então presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2016, observou-se um avanço direto no combate à diversas políticas públicas de enfrentamento às desigualdades sociais e aos direitos humanos – pautas de cunho mais progressista – e com implicações diretas na agenda da educação. Dentre os principais retrocessos, estão as questões de gênero e sexualidade, que vêm sendo retirados sistematicamente dos documentos regulatórios educacionais – vide as Bases Nacionais Comuns Curriculares (BNCC) do ensino básico que estavam em discussão no Conselho Nacional de Educação (CNE), e foram aprovadas em tempo recorde.

Essas pautas reacionárias partem da conhecida e conservadora bancada religiosa que temos em nosso congresso. Não somente ela, mas as internacionalmente conhecidas bancadas agrárias e armamentista – representantes do capital financeiro/grandes empresas[1]. Então é a partir desta aliança, que estes grupos reacionários impulsionam o conservadorismo brasileiro e seus líderes congressistas religiosos: tanto evangélicos quanto católicos, que se movimentam politicamente para combater a temida e desconhecida “ideologia de gênero” – pauta também do Movimento Escola Sem Partido, que segundo os mesmos, combatem diretamente o abuso da liberdade de ensino, cerceando justamente o trabalho dos professores em salas de aula de todo o país, com o objetivo de parar com o “doutrinação esquerdista” proveniente do corpo docente.

A expressão “ideologia de gênero” foi uma apropriação de um grupo mais reacionário da Igreja Católica, sob a benção do grupo evangélico, que critica diretamente a construção social e histórica dada aos corpos. Para estes militantes conservadores, o corpo biológico, representando pelo pênis e pela vagina, determina respectivamente o que é ser homem e ser mulher. Por isso, para fundamentar seus argumentos, seus propositores trazem o conceito da família “tradicional” – cristã – constituída por um homem, uma mulher, filhos. Esta é a única e possível constituição – moral/familiar. Estes representantes entendem que tratar das questões de gênero atinge diretamente este conceito tradicional familiar – e social – ferindo “as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes” (PL n.867/2015).

De acordo com Reis (2018), o progressivo entendimento de que há sim uma desigualdade entre os gêneros – com as diversas conferências promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial, as Conferências de Pequim e Cairo, realizadas entre os anos de 1994 e 1995 – trouxe às hierarquias católicas as questões de gênero entendidas como uma ameaça. De acordo com a autora, a oficialização de gênero como ideologia foi indicada/proferida pela primeira vez na Conferência Episcopal do Peru, em 1998. E deste encontro, obteve-se um documento oficial intitulado “*La ideologia de género: sus peligros e alcances*”.

Este termo tem por objetivo hostilizar e deslegitimar os estudos feministas e de gênero, de forma geral – não esquecendo a teoria *queer*, trazida para o debate pela filósofa estadunidense pós-estruturalista Judith Butler, que foi duramente atacada em sua última visita ao Brasil, no final de 2017[2]. Os grupos reacionários, considerando que há um ataque sistemático e direto à família, pregam que tais estudos e conhecimentos produzidos deturpam o que seria “correto”: a família cristã validada socialmente.

Em realidade, as produções acadêmicas sobre a temática, vêm sim, denunciando as desigualdades perpetradas em práticas pedagógicas que diferenciam os gêneros, questionando principalmente, sobre essa visão do feminino como fraco e frágil em contraposição com o conceito de masculinidade viril, forte e destemido. Portanto, os temidos estudos de gênero trazem para o debate a legitimidade social construída nos parâmetros heteronormativos[3], que reiteram a educação do corpo nos moldes de comportamento de cada sujeito com o seu corpo.

Seria imprudente não salientar neste texto alguns números importantes. Por meio deles, poderemos pautar a relevância do tratamento das questões de gênero, em especial, na formação e empoderamento docente. De acordo com o Mapa da Violência de 2015, produzido pelo pesquisador Julio Jacobo Waiselfisz, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), o Brasil no ano de referência de 2003-2013, em comparação a 83 países, ocupa a 5ª posição de nação em que se matam mais mulheres[4]. Lideramos a triste e decepcionante posição de país que mais assassina Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Queers (LGBTQs) no mundo. Segundo o **Grupo Gay da Bahia** (GGB), em 2017, foi registrado um aumento de 30% de assassinatos à população LGBTQs. Isto é, a cada 19 horas, um homossexual é morto em nosso país.

No campo da docência, a desigualdade entre homens e mulheres permanece – principalmente as salariais. De acordo com a plataforma *Gênero e número* (2018)[5], as professoras correspondem a dois terços dos docentes da educação básica, ou seja, 8 milhões de profissionais em nossas salas de aula são do sexo feminino. Os docentes do sexo masculino, por sua vez, estão alocados em sua grande maioria nas redes de ensino federais, que têm uma remuneração maior – universidades e institutos federais são alguns exemplos. Estamos falando de uma diferença de R\$ 4.651,59 entre as médias de salários da rede municipal para as federais, R\$ 4.291,52 entre as redes estaduais para as federais e mais alarmantemente, de R\$ 5.168,61 quando comparada às instituições privadas. É importante salientar que o campo de conhecimento universitário continua sendo proporcionalmente marcado por docentes masculinos, então, ainda que as mulheres estejam cada vez mais ocupando espaços universitários, e os números estejam próximos a um relativo equilíbrio, os homens ainda não a maioria dos pesquisadores no Brasil. Garcia e Duarte (2017), no editorial da Revista Epidemiologia e Serviços de Saúde, corroboram tais afirmativas e demarcam que

No Brasil, as mulheres são maioria na pós-graduação. Dados da Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior (Capes) revelam que, em 2015, 55% do total de matriculados e titulados em cursos de mestrado e

doutorado eram mulheres. Segundo estatísticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no mesmo ano, foi atingida a igualdade entre sexos na distribuição de bolsas de pesquisa no Brasil, com 50% delas concedidas a mulheres e a mesma proporção a homens. Contudo, a distribuição de bolsas de produtividade em pesquisa permanece bastante desigual. No mesmo ano, as mulheres receberam somente 35,5% do total de bolsas de produtividade e 24,6% daquelas de nível 1A. Esse fenômeno, observado globalmente, é denominado “telhado de vidro”, e remete à existência de uma barreira à ascensão das mulheres na carreira acadêmica, bem como à invisibilidade das mulheres no meio. (GARCIA; DUARTE, 2017, p. 431)

Desta forma, podemos entender que por mais que venha crescendo o número de mulheres nos espaços científico-acadêmicos, ainda há diversos tipos de atribuições ligados ao estereótipo de gênero. Entende-se que há carreiras e saberes ligados propriamente ao masculino ou ao feminino – como já mencionado anteriormente. Ao refletirmos sobre essa disputa, não podemos deixar de perceber que as mulheres não entram neste campo em pé de igualdade. Pelo contrário, ainda hoje a academia é dominada por homens.

Portanto, é possível identificar, neste sentido, que há um movimento político e social que grita em ambos os lados. No espectro do conservadorismo, liderados especialmente por grupos religiosos que detêm cargos políticos de grande relevância – não seria incorreto dizer, em grande maioria homens e brancos – demandam pela retirada dos termos e/ou a menção dos temas que se referem a gênero e sexualidade nos espaços escolares, criminalizando até mesmo a prática docente. Do lado mais progressista, há um entendimento de que o tratamento de tais questões vai muito além do campo religioso, ela visa implementar discursos de liberdade e tolerância, não somente no espaço da escola – com práticas de ensino mais libertárias –, como na formação humanística do cidadão. Em especial, quando pensamos que o Estado deveria ser laico.

Dado este panorama sombrio, o que se pretende desenvolver ao longo deste trabalho é um breve entendimento sobre como o curso de Pedagogia tem pautado as questões de gênero no processo de formação docente. A presença ou a ausência dos estudos sobre a temática aqui elencada, diz – ainda que sem querer – como o uso e o estudo de termo não é neutro, e acaba sinalizando sobre os aportes teóricos que produzem os mais diversos efeitos nas políticas educacionais voltadas para a formação de pedagogos.

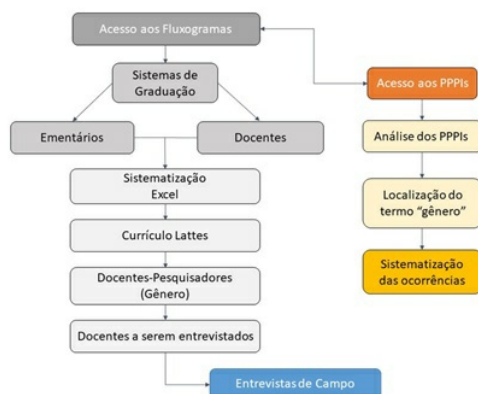
O objetivo deste estudo, por conseguinte, é não somente dar um panorama sobre como os conceitos referidos aos estudos de gênero têm sido elencados, mas também demonstrar os efeitos diretos na ampliação de tais discussões dentro do campo escolar, político e acadêmico. Quando revisitamos a história do feminismo no Brasil e no mundo, percebemos que certas pautas ganharam mais força em determinados espaços. Em especial, no caso das universidades, os caminhos das produções teóricas e do ativismo, em alguns momentos, entram em confluência com as pautas das diversas ações da militância feminista. Temos observado o grande número de estudos que vêm sendo realizados dentro de diversas áreas de conhecimento, tendo gênero como temática central. O que se torna importantíssimo tendo em vista o contexto político-social que estamos inseridos.

METODOLOGIA DE PESQUISA: ESQUEMAS DE MAPEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Podemos demarcar que a primeira movimentação de pesquisa foi a busca pelo acesso aos fluxogramas dos cursos de Pedagogia ofertados pelas instituições de ensino aqui demarcadas. Ambos os documentos foram acessados através dos sites institucionais. A UERJ, em específico, possui um site organizado exclusivamente para as matrizes curriculares dos cursos oferecidos. No entanto, as duas universidades viabilizam tanto os currículos em vigência quanto os que já foram depostos. Portanto, as fontes de pesquisa primárias foram os fluxogramas disponibilizados pelas próprias instituições pesquisadas.

Com as matrizes curriculares em mãos, partimos para um segundo movimento, as plataformas de ingresso aos sistemas de gerenciamento de graduação. Na UERJ, a plataforma é conhecida como “Aluno Online [6], na UFF, o “IdUFF [7]”. A rápida entrada aos sistemas deve-se a um fator, minha vinculação acadêmica com as instituições. Em consonância com esta etapa, o terceiro momento de pesquisa foi a transposição dos dois currículos para arquivo-planilha Excel (*Software* Microsoft Office), organizado através das seguintes colunas: período, código, nome da matéria, docente responsável por ministrar a disciplina, seus *Currículos Lattes*, objetivos e ementas das disciplinas. Através dos ementários e objetivos, foi realizada uma busca através da identificação das matérias que tinham como premissa trabalhar com as questões referentes a gênero. Essa associação foi dada através da busca de palavras-chave, como: “feminino/a”, “gênero” e “diversidade”. Neste último descritor, com um especial cuidado para que as questões de inclusão voltadas para a educação especial não fossem também elencadas. Podemos entender tal organização. Esta pesquisa também mapeou os Projetos políticos pedagógicos institucionais (PPPIs), para que assim, pudéssemos entender como as instituições, de fato, agregam – ou não – a temática gênero em suas prerrogativas formativas.

Figura 1. Fluxo de Trabalho



A inserção da coluna dos *Currículos Lattes* foi entendida como primordial para a associação entre os docentes e as matérias que tinham a premissa ou não de trabalhar gênero – com particular atenção a publicações e grupos de pesquisa. Por isso, através da análise dos currículos acadêmicos dos docentes, pode-se fazer um espectro de professores-pesquisadores que seriam potencialmente entrevistados na etapa de pesquisa de campo. Lembrando que as etapas não se dissociaram durante os diferentes momentos da pesquisa, elas se perpassaram e entrelaçaram. Desta forma, a amostra de possíveis entrevistados pôde ser ampliada e a coleta de dados centralizadas nas hipóteses iniciais de investigação.

A fim de responder sobre o objeto de trabalho deste estudo, foram entrevistados sete docentes – dois do mesmo *campus* – que tem seus estudos voltados para os estudos de gênero, em diferentes campos de estudo, como: currículo, formação de professores, história da educação e antropologia da educação. As entrevistas buscaram contextualizar, através das narrativas, como foram as trajetórias e experiências que levaram aos professores formadores a escolherem o campo dos estudos de gênero. O exercício de pesquisa foi traçar um paralelo sobre como eles transmitem seus conhecimentos para os graduandos, ainda que não possuam matérias que estejam ligadas diretamente a tal questão e como eles entendem que os estudos de gênero deveriam estar dispostos no currículo de formação.

Dentre os entrevistados haviam três mulheres e quatro homens. Duas pessoas entrevistadas estavam mais envolvidas ao campo do currículo, que de algum modo perpassa questões de gênero nas suas pesquisas. Os demais entrevistados atuam e pesquisam o campo dos estudos de gênero, seja através do enfoque da corporeidade, da sexualidade etc. Os docentes têm suas formações voltadas para as áreas de ciências sociais e humanas. Portanto, temos formações que vão desde a própria Pedagogia, até Direito e Antropologia. Não obstante, também é possível perceber na tabela em seguida como os docentes entrevistados estavam trabalhando os estudos de gênero. P1 e P6, por terem a área de estudos voltados para “currículo” acabam abordando os estudos de gênero de modo transversal em suas disciplinas – que são obrigatórias nas matrizes curriculares das IES em que estão alocadas. Os demais entrevistados tratavam dos estudos de gênero de forma mais enfática nas disciplinas que ministravam, sejam elas obrigatórias ou eletivas/optativas.

Tabela 11- Caracterização das (os) Entrevistadas (os)

Docente/ IES	Identidade de Gênero	Áreas de Formação (Graduação/Pós- Graduação)	Área de interesse/estudo	Estudos de gênero
P1 UERJ	Mulher	Pedagogia/Educação	Currículo	Transversal
P2 INFES	Homem	Antropologia/Antropologia Social	Gênero	Obrigatória
P3 UFF	Mulher	História/Educação	História da Educação/Gênero	Eletiva
P4 IEAR	Homem	Direito/Ciências Sociais/ Ciência Política	Direitos Humanos/ Gênero	Eletiva
P5 FEBF	Homem	Letras/Educação	Formação de Professores/Gênero	Obrigatória
P6 FFP	Mulher	Pedagogia/Educação	Currículo	Transversal
P7 UERJ	Homem	Psicologia/Psicologia Social/Educação	Gênero	Obrigatória

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Portanto, todos os docentes entrevistados, têm suas pesquisas e interesses voltados para o campo da educação, seja pensando modos de fazer a educação, com pesquisas que embasam a própria formação profissional, seja investigando aspectos sociais envolvidos no processo educativo. Nesse subitem, não serão apresentadas as falas originais das entrevistas, mas sim um resumo sobre o que cada um apresentou. Como salientado no início deste trabalho, as análises serão pautadas através dos métodos descritos por Bardin (2016). Para a referida autora, a técnica de análise de conteúdo em entrevistas é delicada, pois este material verbal exige uma perícia maior do pesquisador.

De forma geral, o analista confronta-se com um conjunto de “X” entrevistas, e o seu objetivo final é poder inferir algo, por meio destas palavras, a propósito de uma realidade (seja de natureza psicológica, sociológica, histórica, pedagógica) representativa de uma população de indivíduos ou de um grupo social. Mas ele encontra também – e isto é particularmente visível com entrevistas – pessoas em sua unicidade. (BARDIN, 2016, p. 94)

Para este fim, serão apresentados dois tipos de análises, em duas fases sucessivas e imbricadas, que enriquecerão as argumentações finais. O primeiro nível de análise consiste em uma decifração estrutural de cada uma das entrevistas. Esta abordagem busca a compreensão do que o entrevistado fala, no interior do discurso, com uma posição de empatia e de imersão no subjetivo do outro. Desta forma, procura-se estruturar não somente a dinâmica pessoal na qual o comunicador está inserido, mas também demonstra o processo mental que o levou a estruturar e escolher tais palavras. A segunda etapa consiste em um tratamento do texto e poderão ser vistas algumas palavras-chaves e frases-chaves que nos permitirão não somente decifrar o discurso, mas também identificar os interlocutores em sua formação pessoal como sujeitos. É importante salientar que alguns entrevistados foram mais abertos a falar de suas histórias e motivações de entrada no campo. Logo, perceberemos que alguns têm as suas falas mais carregadas de informações. Enquanto outros ficaram mais focados em responder objetivamente, sem abertura para inferências.

AFINAL, PORQUE DEVEMOS TRABALHAR GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

Desde o início deste trabalho foi apontada a necessidade de trabalhar a categoria gênero dentro da formação de professores, não somente pelo fato da profissão estar atrelada diretamente a temática - com bem assinalam os professores entrevistados quando apresentam a feminização do magistério e a desvalorização profissional às suas alunas e alunos - como também ao contexto atual que estamos inseridos. Nos últimos anos, temos percebido um avanço do conservadorismo político e social em nosso país. Em realidade, não somente no Brasil, como em todo mundo.

Para melhor nos situarmos neste debate, é indispensável pensar o conceito de conservadorismo. José Antônio Sepúlveda e Denize Sepúlveda (2016) apontam que o termo conservadorismo é carregado de sentidos e por não ter uma especificação teórica que sistematize suas ideias e o conceitue, a palavra ganha vida no dia-a-dia, de formas diversas e acaba sendo empregada como um xingamento, como uma contraposição ao “progressismo” - que seria um termo associado a ideias inovadoras, de caráter mais humano.

De acordo com os autores supracitados,

É fundamental destacarmos também o problema do uso do seu termo associado ao comportamento humano. Assim, uma pessoa pode ser politicamente inovadora e ter condutas conservadoras com relação à família, ou até mesmo em relação a práticas sexuais. A primeira conclusão que podemos chegar com relação ao tema é que ele é entorpecido por uma carga emotiva muito grande, já que se relaciona também a questões comportamentais. (SEPÚLVEDA, J.; SEPÚLVEDA, D., 2016, p. 79)

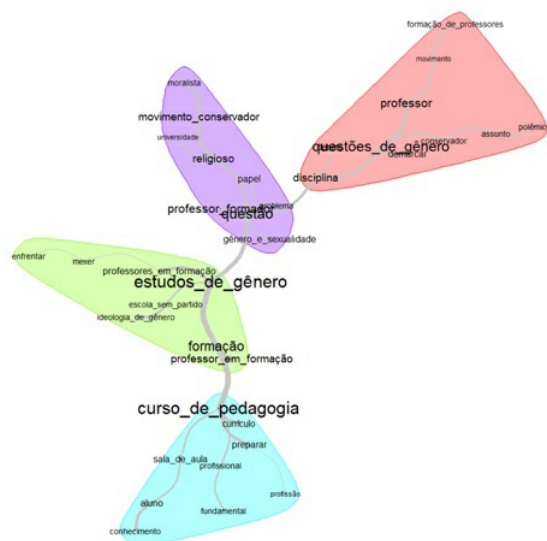
Assim, podemos entender que os termos “conservadorismo” e “progressismo”, diante do senso comum, estão em lados antagônicos. Em consonância com José Sepúlveda e Denize Sepúlveda (2016), acredito que tais posicionamentos acabam sendo reducionistas e não nos apresentam o conservadorismo sem o colocar em posição oposta, digamos que reacionária, ao movimento progressista^[9]. O movimento conservador produz ideias, saberes e agentes políticos - como temos visto ao longo da nossa história.

Portanto, para conceituar o termo, é necessário pensar dentro do espectro político. Há muito tempo existe “no campo político os partidos conservadores, com propostas e agendas políticas bem desenvolvidas. E esses são proativos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento econômico e tecnológico” (SEPÚLVEDA, J.; SEPÚLVEDA, D., 2016, p. 80). Desta forma, o conservadorismo, dentro da política, se apresenta como um movimento de contraposição a qualquer mudança de ordem política que se proponha, de alguma forma, a modificar as relações de poder estabelecidas em uma sociedade.

Isto posto, podemos entender que estes arranjos políticos e sociais que têm seus discursos empregados a fim de evitar uma transformação de ordem social e melhorias para grupos minoritários (mulheres, comunidade negra, comunidade LGBTQ+) e para a classe trabalhadora de modo geral, utilizam a retórica conservadora. E quando o assunto em pauta diz respeito à natureza moral ou comportamental, o campo político conservador defende os valores “tradicionais”. Portanto, as questões que se referem à gênero, como direitos sexuais e reprodutivos, educação sexual nas escolas, a luta contra homofobia, entre tantos outros temas que se correlacionam com a temática, estão sempre na mira dos políticos conservadores.

Neste sentido, entendemos que há a necessidade de dar esse primeiro entendimento - mais enxuto e mais conceitual, diria - sobre o conservadorismo para que assim possamos adentrar à segunda categoria de análise das entrevistas, que seria sobre os desafios postos na inserção da temática gênero dentro das disciplinas lecionadas pelos professores e professoras entrevistados - mas também como estes docentes encaram outras problemáticas; isto é, a incorporação de disciplinas específicas sobre os estudos de gênero e com qual o *status* (obrigatória/eletiva), tudo isto envolto nas disputas quanto ao território das matrizes curriculares das IES estudadas. De acordo com a Figura 2, podemos perceber que movimento conservador, conservadorismo e religião estão bem presentes - ainda que de modo transversal - nos diálogos dos docentes.

Figura 2 - Movimento conservador e gênero



Fonte: Análise de Similitude, Iramuteq, 2018.

E não somente isso, a Figura 2 obtida a partir da análise de similitude, nos dá a possibilidade de inferirmos sobre outras questões. De acordo com os entrevistados, falar de gênero ajuda os professores em formação a enfrentar os inúmeros desafios que correlacionam o tema ao fazer a docência, como a temida (e falaciosa) ideologia de gênero e o movimento Escola sem Partido (ESP)[10]. Outra inferência é sobre como as questões que se referem aos estudos de gênero e sexualidade acabam sendo colocadas pelos discentes através de discursos baseados na moral e a religião. Portanto, para o professor-formador, falar de gênero na formação de professores, antes de mais nada, é a possibilidade de trazer à luz estas questões que estão envidadas pelo senso comum, no entanto, com certo cuidado, por se tratar de um assunto “polêmico” e “delicado”.

Em consonância com tais preocupações, Garcia e Gouvêa (2018) apresentam como a face desta *onda conservadora* ressoa diretamente na prática educativa. As pautas de ações destes movimentos têm vieses políticos e sociais e tornam as práticas docentes – em todas as esferas – alvos de questionamentos e ataques. As autoras supracitadas apontam que em confluência com os discursos ideológicos movidos pelo Escola Sem Partido (ESP), e com reflexos em contextos religiosos – sobretudo as Igrejas Neopentecostais[11], as práticas docentes e os saberes escolares (e formativos) são contestados. E, um dos “carros-chefes” destas sonoras e ressoantes falas conservadoras é a falsa ideia de uma “ideologia” de gênero.

É possível identificar, neste sentido, que há um movimento político e social que grita em ambos os lados. No espectro do conservadorismo, liderados especialmente por grupos religiosos que detêm cargos políticos de grande relevância – não seria incorreto dizer, em grande maioria homens e brancos – demandam pela retirada dos termos e/ou a menção dos temas que se referem a gênero e sexualidade nos espaços escolares, criminalizando até mesmo a prática docente – como denunciado por Garcia e Gouvêa (2018). Do lado mais progressista, há um entendimento de que o tratamento de tais questões vai muito além do campo religioso, ela visa implementar discursos de liberdade e tolerância, não somente no espaço da escola – com práticas de ensino mais libertárias –, como na formação humanística do cidadão. Para que não tenhamos dúvida, o Brasil é considerado um país laico, ainda que haja controvérsias.

De acordo com a Tabela 1, os docentes têm procurado trabalhar com as questões emergentes que dialogam (ou atacam) diretamente a categoria de estudo investigada. Todos apontam que trabalhar com gênero, principalmente neste contexto, gera muita polêmica e por isso, tem que haver muito “tato” para a inserção de debates e discussões. Os professores dos campos periféricos apontam que por estarem em cidades consideradas “menores”, o discurso religioso e moral acaba estando muito presente nas falas e nos comportamentos das alunas e alunos da comunidade acadêmica em que lecionam.

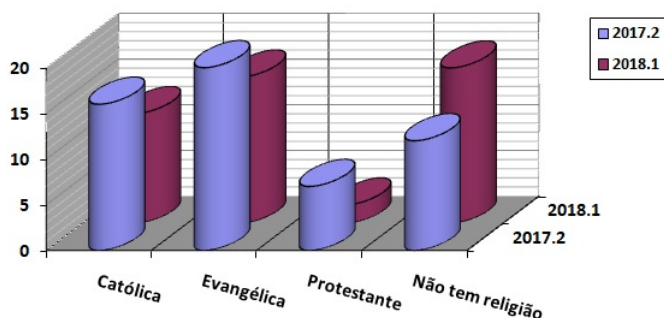
Tabela 1-Movimento conservador e formação profissional

Docente Material Analisado

P1	<p>“Sem dúvida nenhuma, a própria discussão do Escola Sem Partido e, essa é uma discussão que a gente tem feito aqui, tem procurado pautar, problematizar.”</p> <p>“E é um tema muito polêmico e agora ficou ainda mais polêmico, mas, ainda mais em [nome da cidade], mas aqui também você tem uma presença da religião, uma visão conservadora da vida social e da sociedade que na entrada da universidade em [nome da cidade] mudou bastante isso.”</p>
P2	<p>“[...] ao mesmo tempo há uma influência muito grande de uma matriz normativa, que vem da própria Pedagogia, mas, também uma matriz normativa que vem dos saberes e dos discursos religiosos, da moral familiar, da questão cultural de um modo geral e dos grupos sociais. E o curso de Pedagogia, ele tem uma presença muito grande de mulheres, de mulheres que vem de movimentos sociais, de igrejas, cristãs e também homens que a presença de homens tem aumentado e é outro debate que se coloca e isso foi importante porque leva a gente a colocar essas questões.”</p>
P3	<p>“Então, tem uma questão que, como [o espaço universitário] é periférico e também com origens mais humildes, a religião é uma coisa muito presente. Então, em grande parte da religião, não estou assim generalizando, mas a mulher está numa posição de dependência então, o feminismo desconstrói, não só o discurso universitário, mas também meramente o discurso religioso.”</p>
P4	<p>“Eu já ouvi uma vez, uma menina que ela está tendo que vir escondida porque o pai dela é tão religioso e ele falou para ela assim: “É, eu não sei o que você vai fazer nessa Universidade, que lá é uma oficina de lavagem cerebral, estão lavando a tua cabeça, o teu cérebro”. Justamente ela fazendo essas discussões, ela vai colocando em questão, é óbvio isso reverbera no privado, e quando reverbera no privado é aí que o incômodo aparece.”</p>
P5	<p>“[...] geralmente eles [os discentes] vem com um discurso muito forte é... conservador nesse sentido, e questionador nesse sentido e muito ainda repetindo mais recentemente a ideia que existiria uma ideologia de gênero, que a escola não pode ensinar gênero [...]”</p>
P6	<p>“Na realidade eu quem pontuo mais isso [Escola Sem partido e Ideologia de gênero], isso não chega a ter é... eventualmente uma ou outra está acompanhando mais o debate, aí eu que tento trazer e situar... até porque algumas pesquisas, até umas que eu tenho acompanhado nas... nos trabalhos que eu oriento, boa parte das professoras e professores não sabem o que é isso, não sabem o que elas não podem fazer, o quê que é isso afinal que eu não posso fazer? É, então isso tem sido um desafio, é um enunciado que está aí meio que assombrando as pessoas, mas elas muito não sabem o que é, entendeu!?”</p>
P7	

Ainda não temos números que possam nos dar um vislumbre sobre a matriz religiosa seguida pelas alunas e alunos espalhados nos cursos de Pedagogia por todo o país. No entanto, o Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior – LAP/FEUFF^[12] vem realizando ao longo dos últimos anos o monitoramento dos estudantes ingressantes na Faculdade de Pedagogia da UFF. Os questionários são aplicados no dia do acolhimento estudantil. Em 2017.2, dos 65 respondentes, 16 estudantes se declararam católicos, que se refere a 24,6% do total, enquanto 30,8% se declaram evangélicos, o que corresponde a 20 alunos e 10,8%, isto é, 7 discentes se declaram protestantes. No semestre de 2018.1, houve 53 participantes na pesquisa. Dentre estes, 22,6% (12) afirmam que são católicos, 16 (30,2%) respondentes marcaram a opção evangélica e 2 (3,8%) componentes se consideraram protestantes. Nos dois semestres monitorados 2017.2 e 2018.1, respectivamente, é também expressivo o número que definem como “não tenho religião”, com 12 alunos ingressantes, correspondendo a 18,5% do total de respostas e 32,1%, que condiz com 17 participantes.

Gráfico 1 - Tipos de Religião/Crença dos ingressantes da Faculdade de Educação (FEUFF) entre os semestres de 2017.2 e 2018.1



Fonte: Laboratório sobre Acesso e Permanência na Educação Superior, 2018.

Pesquisas de Cunha (2014) demonstram que, no Brasil, o crescimento de adeptos das religiões pentecostais vem progredindo de forma ascendente, enquanto o número de católicos tem diminuído. Aponta também, que este crescimento está situado em lugares mais pobres – tal qual as religiões de matriz africana. No entanto, esta última sofre com uma certa vulnerabilidade perante as igrejas pentecostais, que possuem mídia televisiva e uma organização burocrática articulada. Com a progressiva democratização do ensino superior, a entrada das camadas mais populares na universidade, inclusive em Pedagogia, explica a crescente presença moral e religiosa nos discursos das alunas e alunos.

As questões de gênero se interligam – de certa forma – ao *pânico moral* construído pelos discursos religiosos e políticos. Não podemos deixar de citar que os padrões normativos presentes nas falas das/dos discentes, são construídas culturalmente e por isso, acabam sendo mais resistentes às problematizações, ainda que diante de processos de formação que se balizam em questionar e contestar normativas educacionais e sociais, mais especificamente colocando os professores em formação em contato com outras compreensões e estudos. Como bem definem Garcia e Gouvêa (2018, p.43), “nenhuma questão, no entanto, se “resolve” de forma definitiva e estanque. O avanço do conservadorismo sobre a educação torna mais desafiadora a tarefa de *fazer/pensar* as escolas e os currículos”. É neste contexto desafiante que a formação de professores se insere, influenciando não somente o professor formador como também os docentes em formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS?

Nos últimos anos, vivemos em nossas universidades, em âmbito nacional um processo histórico e aparente da inserção de novos sujeitos dentro do campo educacional, e não seria incorreto dizer que esta entrada é dada em vários níveis de ensino. No entanto, mesmo reconhecendo avanços obtidos durante os últimos treze anos que antecederam ao golpe civil-institucional, sabe-se que o processo de democratização do ensino e da construção de novas e modernas práticas pedagógicas perpassa por várias instâncias, entre elas, o caráter regulador do conhecimento. Por isso, a instituição universitária acaba por criar, reproduzir e alimentar – através do processo educacional – ideologias e práticas discriminatórias excludentes.

No que se refere à formação de professores – o tema deste estudo, em específico – ela acaba por transmitir, através de seus currículos institucionais, práticas que mecanizam os sujeitos, que muitas das vezes acabam sendo hierarquizadas nas questões gênero, na classe e na raça/etnia, por exemplo. Portanto, ao longo destas páginas foi possível perceber que ainda temos muito a caminhar e a vislumbrar dentro dos estudos de gênero. Como bem nos demonstrou Pérez (2018), este tipo de trabalho investigativo, demonstra como a academia tem se preparado – ou não – para as demandas sociais, principalmente, quando a questão está centralizada nos assuntos que transpassam a luta pela efetiva igualdade entre os sexos e a desinvisibilização de gênero dentro de um espaço majoritariamente feminino. E, até por isso:

Urge la integración curricular de la perspectiva de género en los planes de estudio de formación del magisterio, así como en todos los campos del saber. Para ello hay que revisar y transformar la formación inicial de maestras y de maestro (Fatsini, 2016). Es necesario diseñar e implementar un currículo, desde la perspectiva no sexista, que forme a hombres y mujeres para que se perciban y se relacionen como iguales. Desde las instituciones universitarias se deben posibilitar algunas estrategias prácticas que permitan incorporar la perspectiva de género en la elaboración de guías docentes y en el diseño de actividades en el aula. (PERÉZ, 2018, p. 15)

Dado este panorama atual, não podemos perder de vista que os cursos de formação de professores têm um importante e

determinante papel social, são estes profissionais que trabalharão diretamente na formação de sujeitos, e também, poderão ser eles que trarão luz aos educandos sobre o tipo de sociedade que estamos inseridos - isto é, uma sociedade em que a reprodução de estereótipos sexistas que mantém o sexo feminino em um tipo de condição subalterna e de opressão - que repassa e repassa valores e ideias que reafirmam a exclusão das mulheres da vida política. Assim, as mantendo em um sistema patriarcal de sociedade, infelizmente arraigados no imaginário simbólico e social brasileiro.

Estamos em um momento efervescente em nosso país, em que este tipo de pauta se torna emergencial e latente. Toda essa preocupação na formação dos futuros profissionais da educação vai para além de sua "preparação" para a sala de aula, as questões de gênero perpassam e atingem diretamente a vida das futuras pedagogas. Como mencionado ao longo deste trabalho, estamos vivendo em nosso país tempos sombrios, cujo aparelhamento do Estado com a religião está cada vez mais próximo e palpável. E não podemos esquecer que o papel da Educação, em todos os âmbitos, é o de questionar, pôr os conhecimentos em cheque, discutir e debater os melhores meios de melhorar nosso campo de trabalho e, conseqüentemente, nossa sociedade. Desta forma, as discussões de gênero se apresentam cada vez mais importantes na busca por uma real equidade, entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n. 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o "Programa Escola sem Partido". Brasília, DF: 2015b. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>>. Acesso em: 09/04/2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto, Augusto Pinheiro. 3ª reimpressão. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

CUNHA, Luiz Antônio. **A laicidade em disputa: religião, moral e civismo na educação brasileira**. Revista Teias, v. 15, n. 36, p. 05-25, 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24381/17359>>. Acesso em: 10/04/2019.

GARCIA, Alexandra; GOUVÊA, Tânia da Costa. **Furando "a grande onda"? Tensões e sentidos de docência e currículos frente ao conservadorismo**. Edição Especial: Conservadorismos: políticas e educação. Revista Communitas, v. 2, p. 27-46, 2018. Disponível em: <<http://revistas.ufac.br/revista/index.php/COMMUNITAS/issue/view/62/showToc>>. Acesso em: 03/04/2019.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. **Equidade de sexo e gênero na pesquisa e na publicação científica**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, v. 26, n. 3, p. 431-432, set. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-96222017000300431&ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 03/04/2019.

LOURO, G. L. **Heteronormatividade e homofobia**. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009. p. 85-93.

REIS, Mariana Silva Jardim. **Políticas Educacionais para as relações de gênero: uma análise sobre o município do Rio de Janeiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2018.

SEPÚLVEDA, José Antônio; SEPÚLVEDA, Denize. **Conservadorismo e Educação Escolar: um exemplo de exclusão**. Movimento Revista de Educação, Niterói, ano 3, nº 5, p. 76-107, 2016. Disponível em: <<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/319>>. Acesso em: 01/04/2019.

PÉREZ, González Teresa. **Políticas Educativas Igualitarias em España. La Igualdad de Género em los Estudios de Magisterio**. In: Archivos Analíticos de Políticas Educativas. Revista académica evaluada por pares, independente, de accesoabierto y multilíngüe, v. 26, n. 2, p. 1-20. Disponível em: <<https://epaa.asu.edu/ojs/article/view/2764/1991>>. Consultado em: 10/04/2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UERJ. **Departamento de Orientação e Supervisão pedagógica - Fluxogramas**. Disponível em: <http://www.dep.uerj.br/paginas_internas/fluxogramas.html>. Consultado em: 08/04/2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura. **Data UERJ 2017: anuário estatístico base de dados 2016 / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura**. - Rio de Janeiro: UERJ, 2017. 416 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. **Consulta de Matriz Curricular**. Disponível em: <<https://app.uff.br/duff/consultaMatrizCurricular.uff>>. Consultado em: 08/04/2019.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015 homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso, 2015. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf>. Consultado em: 08/04/2019.

[1] Ver artigo publicado pelo jornal americano Financial Times, em 2016, intitulado: "Brazil's evangelicals push politics to the right". Disponível em: <https://www.ft.com/content/7430b300-98fe-11e6-b8c6568a43813464?fbclid=IwAR2itnjMM0woXz1aCUDOnDQtqW4sbnq6BDckSlR8H8B8D9mBXl5q_UvaNo>. Acesso em: 10/04/2019.

[2] Com a prerrogativa de lutar contra a "criadora" da ideologia de gênero, os militantes conservadores, realizaram manifestações em frente ao local do evento em que a filósofa estaria participando, em São Paulo, no Sesc Pompéia. No entanto, a visita de Judith Butler, nada tinha a ver com os estudos feministas ou a teoria queer por ela formulada, pelo contrário, ela participava de um seminário intitulado *Os fins da democracia*.

[3] Entende-se por heteronormatividade a reiteração da perspectiva da norma heterossexual, em que todos os indivíduos sejam (ou devam ser) heterossexuais, seguindo o alinhamento sexo-gênero-sexualidade. (LOURO, 2009, p.90)

[4] Para ir mais específico na questão, Ananindeua, no Estado do Pará, foi o município com a maior taxa de morte de mulheres em 2015, com **21,9 homicídios para cada 100 mil residentes mulheres**. [grifos nossos] Disponível em: <<https://www.uol/noticias/especiais/a-cidade-que-mata-mais-mulheres.htm#a-cidade-que-mata-mulheres?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 08/04/2019.

[5] Disponível em: <<http://www.generonumero.media/maioria-entre-docentes-mulheres-sao-minoria-na-rede-de-ensino-com-remuneracao-mais-alta/>>. Acesso em: 08/04/2019.

[6] Aluno online:<www.alunoonline.uerj.br>. Acesso em: 13/10/2018.

[7] Sistema Acadêmico da Graduação (IdUFF): <<https://inscricao.id.uff.br/>>. Acesso em: 13/10/2018.

[8]A Figura 1 mostra o fluxo de trabalho com base nas pesquisas nos seguintes web sites:

UERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Departamento de Orientação e Supervisão Pedagógica. *Fluxogramas*. Disponível em:<http://www.dep.uerj.br/paginas_internas/fluxogramas.html>. Acesso em: 13 out. 2018.

UFF, Universidade Federal Fluminense. *Consulta de Matriz Curricular*. Disponível em: <<https://app.uff.br/iduff/consultaMatrizCurricular.uff.>>. Acesso em: 13 out. 2018

[9] É necessário salientar que o progresso nem sempre pode ser visto como positivo para a sociedade. No caso brasileiro, podemos pontuar as reformas que estão em pauta no congresso brasileiro, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista, que se apresentam como um “progresso”, mas que visivelmente são maléficas a base social brasileira, como os jovens e a classe trabalhadora.

[10]O Programa Escola “Sem Partido” é uma proposta, que segundo seus idealizadores, visam acabar com a doutrinação “esquerdista” que ocorre dentro das salas de aula, em todos os âmbitos, do país. Segundo os mesmos, eles buscam “por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar”.

[11]Acredito ser interessante ressaltar que as Igrejas Neopentecostais não somente disseminam estas ideias, mas que de forma sistemática tem adentrado ao campo político, pela defesa da moral, de religião e da família. Ver em: <<https://diplomatique.org.br/neopentecostais-e-o-projeto-de-poder/>>. Acesso em: 09/04/2019.

[12]O LAP estrutura e dá continuidade à pesquisa "Uma investigação sobre a democratização das universidades", sob orientação da Profª Drª Hustana Vargas. Reúne pesquisas e práticas que visam avaliar e impulsionar a efetividade das políticas praticadas pela Universidade Federal Fluminense no sentido de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes em diferentes carreiras.